

## Educação para a virtude – O *Tratado sobre a Prudência*, de Josef Pieper

Roberto C. G. Castro<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa o *Traktat über die Klugheit (Tratado sobre a Prudência)*, do filósofo alemão Josef Pieper (1904-1997), livro que, publicado há exatos 80 anos, introduziu a virtude da prudência no debate contemporâneo sobre a ética e a educação.

**Palavras Chave:** filosofia da educação – Josef Pieper – virtudes - prudência.

**Abstract:** This article analyses the *Traktat über die Klugheit (On Prudence)*, by German philosopher Josef Pieper (1904-1997), that was published 80 years ago and has introduced the virtue of prudence into contemporary debate on ethics and education.

**Keywords:** philosophy of education – Josef Pieper – virtues – prudence.

### Introdução: a doutrina das virtudes

Como acontece em tantos outros aspectos no que se refere ao pensamento antigo, a contemporaneidade esqueceu uma das mais importantes contribuições da filosofia clássica-cristã no campo da ética, que bem poderia ajudar o ser humano em sua existência diária, especialmente nesta época de tanta desorientação, incertezas, conflitos e violações de direitos. Está-se referindo à doutrina das virtudes, um ensino sobre a conduta humana que tem origens na Antiguidade grega e foi amplamente desenvolvido pelo pensamento cristão medieval, até ser relegado a segundo plano na dita Idade Moderna, sob os impulsos da Reforma Protestante – sempre desconfiada de tudo o que vem da cultura grega “pagã” – e da filosofia racionalista.

No século XX, depois de centenas de anos esquecida, a doutrina das virtudes voltou ao debate teológico e filosófico graças ao filósofo alemão Josef Pieper (1904-1997), que a partir dos anos 30 publicou ensaios e artigos sobre as chamadas quatro virtudes cardeais: a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança. Com sua extraordinária capacidade de sintetizar com objetividade e simplicidade as grandes questões exploradas pelo pensamento ocidental, Pieper mostra, nesses textos, a riqueza, a profundidade e a fecundidade da doutrina das virtudes. Sua obra deixa entrever que esse ensino permanece uma alternativa viável para o homem contemporâneo, capaz de conferir a ele uma existência segura, responsável e livre em meio à imensamente variada contingência dos atos humanos.

Num opúsculo publicado em 1962<sup>2</sup>, Pieper destaca que a doutrina das virtudes foi introduzida na ética ocidental pelo pensamento grego. Já Pitágoras – diz o filósofo

---

<sup>1</sup>. Doutor e Pós doutor em Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Professor do Centro Universitário das Faculdades Integradas Alcântara Machado (Fiam-Faam), em São Paulo.

– parece ter distinguido as quatro virtudes cardeais. No tempo de Platão, elas soam já muito naturais no discurso de Agatón registrado no *Simpósio* platônico. A *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, que toma o sentido de virtude mais específico, tem expressamente a forma da doutrina das virtudes, ainda que ela não seja classificada exclusivamente segundo as quatro virtudes cardeais. Elas aparecem claramente também no estoicismo. O filósofo da religião judeu Filon e Clemente de Alexandria tentaram ver a sabedoria das virtudes fundamentais gregas na escritura do Velho Testamento (*Sabedoria* 8,7). Ambrósio expressou pela primeira vez o pensamento de que o fundamento das virtudes cardeais é Cristo. Seu contemporâneo Hierônimus falou delas como as quatro parelhas, que trazem o reto condutor do carro de Cristo ao fim do percurso. Agostinho, Gregório, o Grande, João Damasceno, Alcuíno, Rábano Mauro, Pedro Lombardo – esses são alguns nomes da tradição ocidental que se dedicaram a analisar e transmitir o ensino das virtudes cardeais. Finalmente, é Tomás de Aquino quem dá a esse pensamento a forma e a estrutura filosófica-teológica. Sob a influência principalmente de Aristóteles, Tomás expôs claramente, em todos os seus elementos, o sentido de virtude, como afirma Pieper.

Manter viva a discussão sobre as virtudes cardeais hoje, a fim de não deixar cair no esquecimento esse ensino que tanto pode inspirar a contemporaneidade, é uma tarefa das mais nobres, importantes e mesmo urgentes. É a isso que se propõe este artigo, que trata da virtude da prudência tal como expressa na obra de Josef Pieper.

### **A virtude da prudência**

A virtude da prudência foi analisada por Pieper principalmente no *Traktat über die Klugheit (Tratado sobre a Prudência)*, publicado pela Editora Jakob Hegner, de Leipzig, em 1937 – portanto, há exatos 80 anos. Nele, Pieper descreve a virtude da prudência, sua importância para a ética ocidental e suas implicações para a conduta humana.

Em seu tratado, Pieper lembra que a realização do bem tem como pressuposto o conhecimento da realidade. Pode fazer o bem somente quem sabe como as coisas são e se encontram. Não são suficientes, de maneira nenhuma, diz Pieper, a boa intenção ou a boa opinião. O que é decisivo, para a realização da ação moral boa, é o límpido e cristalino conhecimento da realidade.

Como afirma Pieper:

A realização do bem pressupõe que o nosso agir esteja de acordo com a situação real – ou seja: as realidades concretas que “rodeiam” uma ação humana – e que nós também tomemos a sério essas realidades concretas em arguta objetividade.<sup>3</sup>

Citando Tomás de Aquino – que no século XIII sintetizou o pensamento ocidental clássico sobre a prudência –, Pieper destaca que as decisões prudentes se alimentam de duas fontes: os princípios universais da razão e os aspectos particulares em que se situa o seu agir.

Os princípios universais da razão prática se referem à consciência moral, em que se encontra o conhecimento da essência do bem, traduzido na afirmação “Deve-se amar e realizar o bem” – frase que expressa o objetivo comum de toda ação humana.

---

<sup>2</sup> *Tugendlehre als Aussage über den Menschen*. As obras de Pieper serão citadas pela edição eletrônica das Obras Completas: **Werke auf CD-ROM**. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2008

<sup>3</sup> *Traktat über die Klugheit*, p. 8.

Mas a prudência não se aplica aos fins últimos da vida humana, e sim aos caminhos que levam a esses fins. O caráter próprio da prudência é o comprometimento no campo dos meios e dos caminhos e no campo das realidades concretas.

Há uma unidade entre o senso moral e a prudência, o que é chamado de “consciência”. A prudência – ou melhor, a razão prática que atua na prudência – é a consciência da situação, a “consciência circunstancial”, e nisso ela se distingue do senso moral, ligado aos princípios universais. Os ditames do senso moral são como que a “terra firme”, o ponto de partida para a concreta decisão da consciência circunstancial. Nessa decisão a consciência moral encontra sua aplicação prática.

A prudência possui uma dupla face, diz Pieper. Ela é cognoscitiva e deliberativa. Ou seja, está voltada tanto para a inteligência, para o reconhecimento do real, como para a determinação do querer e do agir. A inteligência ocorre primeiro. Ela constitui o “padrão determinante” da decisão. Já a decisão, que como algo secundário recebe do conhecimento o seu padrão, determina o querer e o agir. Assim, o comando da prudência é um “conhecimento diretivo”, um conhecimento aplicado a uma ação.

Entretanto, a prudência não se limita a ser apenas um conhecimento. Para que a ação seja genuinamente prudente, esse conhecimento deve necessariamente se transformar em ação. Não adianta saber qual é a decisão certa e não aplicá-la à ação. Nisso consiste a segunda face da prudência – a face deliberativa.

Os mecanismos envolvidos na transformação do conhecimento da realidade apreendido pela razão em ação concreta – apenas mencionados no *Traktat über die Klugheit* – estão descritos em detalhes em outra obra de Pieper, *Das Wirklichkeit und das Gute (A Realidade e o Bem)*. Nesse livro, o filósofo alemão destaca que a expansão da razão que percebe a realidade até o querer e o realizar não começa nem se completa com um só ato. Na realidade, esse prolongar-se na vontade se incrementa progressivamente, nos numerosos atos parciais e graduais que configuram a ação moral como um todo, até a resolução ordenada à ação concreta.

Os atos parciais que compõem a ação moral – continua Pieper em *Das Wirklichkeit und das Gute* – são atos de conhecimento e de vontade. Os atos de vontade seguem de tal maneira os cognoscitivos que a cada ato particular de conhecimento segue um ato da vontade. Na sucessão dos atos cognoscitivos parciais se realiza a extensão da razão ao querer. No suceder desses atos parciais de conhecimento, a razão se faz prática.

Para Pieper, as coisas não ocorrem como se, na sucessão progressiva de atos, o teórico desaparecesse. Diferente disso, é a mesma razão teórica a que se faz prática, mediante a extensão até o querer. É a razão que conhece e se dirige à realidade a mesma que, enquanto prática, orienta seus ditames à vontade.

A estrutura da ação moral, de acordo com Pieper, é formada inicialmente pela visão do bem, seguida pela simples volição, a sindéresis, a intenção, a deliberação, o consentimento, o juízo, a eleição, o ditame e, finalmente, a execução da ação<sup>4</sup>.

As duas faces da prudência – cognoscitiva e deliberativa – possuem seus respectivos pressupostos, como Pieper afirma no *Traktat über die Klugheit*. A prudência cognoscitiva inclui em si a capacidade de silêncio, essencial para a captação da realidade. A essa atitude fundamental do silencioso exame da realidade estão ligadas a *memoria*, a *docilitas* e a *solertia*. *Memoria* é a faculdade que permite a conservação da memória fiel ao ser. Ou seja, a memória conserva as coisas e os acontecimentos reais tal como eles são e aconteceram, sem distorções. É um pressuposto da perfeição da prudência, diz Pieper, sempre seguindo Tomás de Aquino.

---

<sup>4</sup> *Die Wirklichkeit und das Gute*, p. 72.

*Docilitas* é a capacidade de se deixar instruir e que brota do desejo de conhecimento verdadeiro. Já *solertia* é a objetividade na situação crítica, a capacidade de tomar a decisão certa rapidamente diante do inesperado.

Essas três atitudes correspondem à parte intelectual, cognoscitiva da prudência. Já à parte deliberativa, ligada à ação concreta, está relacionada a *providentia* – a previsão, a capacidade de determinar com alguma antecedência se um determinado ato será ou não o verdadeiro caminho para a realização do bem.

É por tudo isso que, para Pieper, a prudência é a “mãe” de todas as virtudes e a informadora de todas as outras virtudes cardeais – a justiça, a fortaleza e a temperança. Isso significa que só quem é prudente pode ser justo, corajoso e temperado, e que o homem bom é bom em virtude de sua prudência<sup>5</sup>, como escreve o filósofo no *Traktat über die Klugheit*.

A determinação da prudência constitui a antecipação, a pré-figura de todo o ato moral bom, a “forma substancial externa” por meio do qual o ato bom é o que é. Da mesma forma como as coisas criadas estão previamente formadas no pensamento criador de Deus – e vêm à luz de acordo com esse modelo previamente concebido – e uma obra de arte é elaborada segundo a concepção anterior do artista, também a ação moral correta está previamente determinada pela prudência. Como afirma Pieper, a criação é o que é graças à harmonia com o pensamento criador de Deus, o conhecimento humano é verdadeiro em razão da sua harmonia com a realidade objetiva pré-estabelecida e a obra de arte é verdadeira e real em razão de sua harmonia com o modelo existente no espírito do autor. Semelhantemente, o ato livre do homem é bom na medida em que corresponde às determinações da prudência. “O prudente e o bem são em seu ‘que’ um e o mesmo; apenas pelo seu lugar na ordem de realização eles se diferenciam: o que é bom é antes prudente.”<sup>6</sup>

Em outras palavras, a prudência dá às virtudes humanas a sua “forma substancial interna”, aquilo que é, que caracteriza o ato de justiça, de fortaleza e de temperança. A prudência, como “padrão” da ação humana boa, significa a “forma substancial externa”, o modelo, a pré-figura do bem. Por sua vez, a forma substancial interna do bem é aquele modelo substancialmente pós-figurado, aquela pré-figura substancialmente pós-formada. “A virtude moral é o selo e o cunho do querer e do realizar por meio da prudência. Esta atua em todas as virtudes e todas as virtudes têm participação nela.”<sup>7</sup>

Citando Tomás de Aquino, Pieper destaca que o bem essencial do homem reside no fato de “a razão que se aperfeiçoa no conhecimento da verdade” modelar e informar interiormente o seu querer e a sua ação. Esse princípio condensa toda a doutrina da prudência: o pressuposto da justiça é a verdade, tanto a verdade natural como a sobrenatural. Todo o que repele a verdade age errado. Nesse ponto, Pieper cita Goethe, para quem “todas as leis e regras morais se podem reduzir a uma só coisa: a verdade”<sup>8</sup>.

Para Tomás, a “razão”, que age no sentido de conhecer a realidade e modela o querer e a ação, não significa outra coisa que “visão da realidade”, “receptividade do real”. E “verdade” significa a descoberta e a revelação da realidade, tanto a natural como a sobrenatural. Isso faz Pieper sintetizar: “A ‘razão que se aperfeiçoa no conhecimento da verdade’ é, portanto, a capacidade de apreensão do espírito humano

---

<sup>5</sup> *Traktat über die Klugheit*, p. 2.

<sup>6</sup> Obra citada, p. 6.

<sup>7</sup> Obra citada, p. 6.

<sup>8</sup> Obra citada, p. 7.

enquanto se orienta para a ação por meio da descoberta da realidade natural e sobrenatural”<sup>9</sup>.

Assim, a prudência é o padrão do querer e do agir, mas o padrão da prudência é, por sua vez, a própria coisa, a realidade ontológica objetiva. Como afirma Pieper:

A primazia da prudência significa, pois, em primeiro lugar, a orientação do querer e do agir para a verdade. Mas significa, por fim, a orientação do querer e do agir para a realidade objetiva. O bem é antes prudente; mas o prudente é o que está de acordo com a realidade.<sup>10</sup>

### **A arte de decidir corretamente**

Divulgador da ética das virtudes no Brasil, introdutor do pensamento de Pieper no país e tradutor para o português das questões da *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino, que abordam a virtude da prudência, Jean Lauand define com muita propriedade e exatidão o sentido dessa virtude. Ele afirma que, se hoje a palavra prudência tornou-se aquela egoísta cautela da indecisão “em cima do muro”, em Tomás, ao contrário, ela expressa exatamente o oposto da indecisão: é a arte de decidir corretamente, isto é, com base não em interesses oportunistas, não em sentimentos piegas, não em impulsos, não em temores, não em preconceitos etc., mas unicamente com base na realidade, em virtude do límpido conhecimento do ser<sup>11</sup>.

Mas, como já foi mencionado, esse ver a realidade é somente uma parte da prudência. A outra parte – continua Lauand – é transformar a realidade vista em decisão de ação, em comando.

Como afirma Lauand:

E é que a prudência é a virtude da inteligência, mas da inteligência do concreto. A prudência não é a inteligência que versa sobre teoremas ou princípios abstratos e genéricos. Não. Ela olha para o “tabuleiro de xadrez” da situação “aqui e agora”, sobre a qual se dão nossas decisões concretas, e sabe discernir o “lance” certo, moralmente bom. E o critério para esse discernimento do bem é a realidade. Saber discernir, no emaranhado de mil possibilidades que essa situação me apresenta (que devo dizer a este aluno? Compro ou não compro? Caso-me ou não? Devo responder a este e-mail? Etc.), os bons meios concretos que me podem levar a um bom resultado, à plenitude da minha vida, minha realização enquanto homem. E para isso é necessário ver a realidade concretamente. De nada adiantam os bons princípios abstratos sem a *prudentia* que os aplica – como diz Tomás – ao “outro polo”: o da realidade (que significa “amar o próximo” nesta situação concreta?).<sup>12</sup>

Para Lauand, a condição humana é tal que, muitas vezes, não dispomos de regras operacionais concretas. Embora haja um certo e um errado objetivos, não há regra operacional. Tal como para o bom lance no xadrez, há até critérios gerais objetivos, mas não operacionais concretos.

---

<sup>9</sup> Obra citada, p. 7.

<sup>10</sup> Obra citada, p. 8.

<sup>11</sup> “A *prudentia* em Tomás de Aquino: atualidade de uma análise medieval” in *Filosofia, Linguagem, Arte e Educação*, p. 153.

<sup>12</sup> Obra citada, p. 154-155.

Como afirma Lauand, por mais que nosso tempo insista em querer eliminar a verdade objetiva, no fundo sabemos que há certo e “errados” objetivos e que a decisão do agir é um problema de *ratio*, de *recta ratio*. Segundo o autor, quando, diante de uma ação, perguntamos “por quê?”, estamos perguntando pela razão (*reason, raison*): “por que razão você fez isso?”. E o mesmo ocorre quando, diante de uma ação, dizemos: “É, você tem razão”, “está coberto de razão” etc. E, para uma ação que é um grave mal moral, dizemos: “Que absurdo!” (falta razão).<sup>13</sup>

Vale a pena reproduzir a aguda interpretação de Lauand sobre a virtude da prudência:

A prudência decide bem, mas com a espontaneidade da virtude. Aliás, segundo Tomás, a função da virtude (como a de todo hábito em geral) é precisamente a de permitir realizar o ato com facilidade, “espontaneamente”, com um certo “automatismo” que não tira a liberdade. Antes, pelo contrário. Quem objetaria a espontaneidade adquirida, após árduos esforços, dos hábitos para extrair acordes do piano, falar uma língua estrangeira ou andar de bicicleta? (...) Por essa razão, para os antigos, a virtude da *Prudentia* era também designada por *discretio*, discernimento, uma virtude difícil porque requer, entre outras qualidades, experiência e memória, mas também a objetividade da inteligência. Voltemos à pergunta inicial: baseados em que tomamos nossas decisões? Quando não há a simplicidade que se volta para a realidade como único ponto decisivo na decisão, acabamos decidindo com base em diversos outros fatores: por preconceitos etc. (...). Trata-se, portanto, de uma “inteligência” moral, da insubornável fidelidade ao real, que aprende da experiência e, portanto, requer a memória como virtude associada: a memória fiel ao ser. Precisamente no artigo dedicado à virtude a *memoria*, Tomás observa que não pode o homem reger-se por verdades necessárias, mas somente pelo que acontece *in pluribus* (geralmente). Note-se que essa é também a razão da insegurança em tantas decisões humanas: a *prudentia* traz consigo aquele enfrentamento do peso da incerteza, que tende a paralisar os imprudentes.<sup>14</sup>

Na introdução à sua tradução das questões sobre a prudência de Tomás, Jean Lauand relaciona essa virtude ao pensamento “negativo” de Tomás, segundo o qual a razão humana não é capaz de abarcar totalmente as essências das coisas – razão por que o caráter de mistério reveste todos os seres.

Para Lauand, nesse quadro “negativo”, pode-se compreender melhor o significado da *prudentia* em Tomás:

Porque não conhecemos completamente as coisas, não podemos ter a certeza matemática nem critérios operacionais para discernir o bem; para a boa decisão moral, precisamos das (frágeis e incertas) luzes da *prudentia*: ter a memória do passado, examinar as circunstâncias (e as circunstâncias como fonte de moralidade detonam qualquer tentativa de espalhar a conduta em manuais de escoteiro morais), recorrer ao conselho (não por acaso, com a supressão da *prudentia* na pregação da

---

<sup>13</sup> Obra citada, p. 155.

<sup>14</sup> Obra citada, p. 156.

Igreja contemporânea, “conselho” deixou de significar aconselhar-se a si mesmo e passou só a significar conselho dado a outro) etc.<sup>15</sup>

Ainda no que se refere à prudência, diz Lauand, encontram-se, como pano de fundo, dois elementos-chave do pensamento de Tomás de Aquino: mistério e liberdade. Afirmar a *prudentia* – ainda segundo Lauand – é afirmar que cada pessoa é protagonista de sua vida, só ela é responsável, em suas decisões livres, por encontrar os meios de atingir seu fim: a sua realização. Esses meios não são determináveis *a priori*. Pelo contrário, pertencem ao âmbito do contingente, do particular, do incerto do futuro. Por essa razão, necessariamente a *prudentia* se faz acompanhar da insegurança típica de toda vida autenticamente humana.

E Lauand conclui sua análise sobre a prudência afirmando:

Qualquer atentado contra a *prudentia* tem como pressuposto a despersonalização, a falta de confiança na pessoa, considerada sempre “menor de idade” e incapaz de decidir e, portanto, devendo transferir a direção de sua vida para outra instância: a Igreja, o Estado etc. Em qualquer caso, isso é sempre muito perigoso.<sup>16</sup>

### Conclusão

As brevíssimas análises esboçadas neste artigo parecem suficientes para mostrar a importância da virtude da prudência para o ser humano, em especial nesta época em que a “pós-verdade” pretende desbancar a objetividade como atitude fundamental diante da existência. Se a límpida visão da realidade é um critério imprescindível para a boa ação moral, como ensina o pensamento clássico-cristão sintetizado na *prudentia*, não é de admirar que a contemporaneidade – ao esquecer essa virtude e apegar-se à subjetividade e ao relativismo – enfrente tantos dilemas, conflitos e desorientação.

### Referências bibliográficas

AQUINO, TOMÁS DE. **A prudência – A virtude da decisão certa**, tradução, introdução e notas de Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LAUAND, JEAN. “A *prudentia* em Tomás de Aquino: atualidade de uma análise medieval”. In: **Filosofia, Linguagem, Arte e Educação**. São Paulo: ESDC/Cemoroc, 2007, p. 151-163.

---

<sup>15</sup> *A Prudência – A virtude da decisão certa*, Introdução, p. XX-XXI.

<sup>16</sup> Obra citada, p. XXIII.

PIEPER, JOSEF. **Die Wirklichkeit und das Gute.** In: *Werke auf CD-ROM.* Hamburg: Feliz Meiner Verlag, 2008, Bd. 5, S. 48-98. Herausgegeben von Berthold Wald.

\_\_\_\_\_. **Traktat über die Klugheit.** In: *Werke auf CD-ROM.* Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2008, Bd. 4, S. 1-42. Herausgegeben von Berthold Wald.

\_\_\_\_\_. **Tugendlehre als Aussage über den Menschen.** In: *Werke auf CD-ROM.* Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2008, Bd. 8, S. 242-247. Herausgegeben von Berthold Wald.

Recebido para publicação em 06-08-17; aceito em 09-08-17